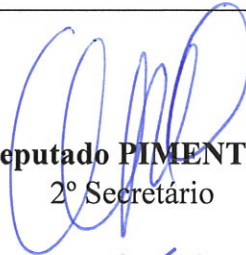
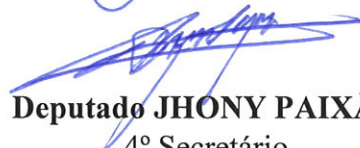


Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 06 DEZ 2022 Protocolo: 1823/22 Processo: 1823/22</div>	PROJETO DE LEI	Nº 1738/22
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p>Concede revisão anual aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Fica concedida revisão anual de 1,56% (um vírgula cinquenta e seis por cento) nas remunerações dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.</p> <p>Parágrafo único. A revisão anual de que trata esta Lei incidirá sobre as tabelas vigentes, objeto da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.”</p> <p>Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.</p> <p>Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a contar de 1º de julho de 2022.</p> <p>Plenário das Deliberações, 6 de dezembro de 2022.</p> <div><div>Deputado ALEX REDANO Presidente</div><div>Deputado JEAN OLIVEIRA 1ª Vice-Presidente</div><div>Deputado MARCELO CRUZ 2ª Vice-Presidente</div></div>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<div><div>Deputado CIRONE DEIRÓ 1º Secretário</div><div>Deputado ALEX SILVA 3º Secretário</div></div> <div><div> Deputado PIMENTEL 2º Secretário</div><div> Deputado JHONY PAIXÃO 4º Secretário</div></div>			

clf



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Pares,</p> <p>A presente proposição tem a finalidade de conceder revisão anual de 1,56% (um vírgula cinquenta e seis por cento) aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a fim de recompor o poder de compra da remuneração do servidor.</p> <p>Importante consignar que a referida revisão é uma garantia constitucional, insculpida no inciso X do artigo 37 da Carta Constitucional, que assim dispõe:</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 37. (...) X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;</p> <p>Ademais, impende registrar que a medida se torna urgente e faz justiça aos servidores do Poder Legislativo estadual, uma vez que a revisão anual concedida pela Lei nº 5.325, de 4 de abril de 2022, ficou aquém da inflação, motivo pelo qual este Projeto de Lei revisa e recompõe em 1,56%, a contar de 1º de julho de 2022, aquele índice inicial frente à inflação acumulada durante o período.</p> <p>Por essas razões, contamos com o apoio dos Nobres Pares na aprovação desta proposição.</p> <div style="text-align: right;"></div> <div style="text-align: center;"></div> <div style="text-align: center;"></div>			